

- Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunhos.

## PROVA OBJETIVA

### CONHECIMENTOS I

A respeito da aplicabilidade das normas constitucionais, da interpretação das normas constitucionais e do poder constituinte, julgue os seguintes itens.

- 1 Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a norma constitucional que reconhece o direito de greve do servidor público é dotada de eficácia limitada.
- 2 A Constituição Federal de 1988 adota a concepção de que a titularidade do poder constituinte pertence ao povo.
- 3 Segundo o STF, o direito de greve dos servidores públicos constitui norma constitucional de eficácia contida.

Um cidadão solicitou diretamente ao Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) relatório completo de auditoria em órgão da administração pública do Governo do Distrito Federal (GDF) responsável por infrações de trânsito.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem, considerando as disposições da Lei Federal n.º 12.527/2011 e da Lei Distrital n.º 4.990/2012, com relação ao acesso à informação.

- 4 Informações que se refiram à intimidade ou à vida privada, como placas de carros, fotos de infrações e dados veiculares, poderão ser negadas a esse cidadão, de forma fundamentada.
- 5 Por ter sido dirigido a órgão do GDF, esse pedido de informação deve conter, obrigatoriamente, motivação e comprovação de residência no Distrito Federal, sob pena de indeferimento.
- 6 A apresentação das informações por parte do TCDF é facultativa nessa situação, uma vez que o pedido de informação deveria ter sido primeiramente dirigido ao órgão de trânsito, como condição de procedibilidade do pedido.

Considerando que, hipoteticamente, a diretoria de um órgão da administração distrital tenha editado portaria que aprovou seu regimento interno, julgue os próximos itens, com base na teoria dos atos administrativos.

- 7 Os elementos ou requisitos comumente citados como pressupostos do ato administrativo, tais como forma, objeto, competência, motivo e finalidade, são expressamente elencados na Lei n.º 9.784/1999.
- 8 Supondo-se que a lei de criação do órgão distrital em questão não tenha disposto sobre seu regimento interno, é cabível, posteriormente, a edição do regimento interno por ato normativo infralegal, editado pelo próprio órgão criado.
- 9 A forma de edição mencionada está em desacordo com a Lei n.º 9.784/1999, que determina a utilização de resolução, e não de portaria, para a aprovação de regimentos internos.

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) recebeu, pelo sistema de ouvidoria, uma denúncia anônima acerca de ilegalidades imputáveis a determinado servidor público, ainda em estágio probatório, encarregado da execução de um contrato em determinada secretaria de Estado. O TCDF encaminhou a denúncia a essa secretaria, onde, após os trâmites habituais, foi instaurado processo administrativo disciplinar (PAD). Durante o trâmite desse processo, o servidor denunciado requereu desistência do estágio probatório e recondução ao cargo que antes ocupava, o que foi indeferido. Finalizado o PAD, o servidor foi punido, no entanto ele ajuizou ação judicial contra tal decisão, alegando nulidades no procedimento e pretendendo sua anulação ou, no mérito, a revisão da penalidade.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir, com base na jurisprudência do STF e nas disposições da Lei Complementar distrital n.º 840/2011 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da Administração Direta, Autárquica e Fundacional e dos Órgãos Relativamente Autônomos do Distrito Federal).

- 10 O indeferimento do pedido de desistência do estágio probatório e de recondução ao cargo anteriormente ocupado não teve relação com a existência do PAD.
- 11 Apesar de a denúncia ter sido anônima, foi válida a instauração de PAD contra o servidor, desde que devidamente motivada e com amparo em prévia investigação ou sindicância.
- 12 O controle judicial no caso é amplo, abrangendo aprofundada incursão no mérito administrativo.

Consoante a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e as regras de domicílio da pessoa física, julgue os itens a seguir.

- 13 O domicílio do servidor público é o lugar onde ele exerce permanentemente suas funções ou onde está sediada a chefia à qual ele é subordinado.
- 14 Valorizando a transparência e a clareza normativa, secretário municipal pode proceder à consulta pública prévia para manifestação dos cidadãos da localidade com a finalidade de editar ato normativo exclusivo para a organização interna de sua secretaria.

Com relação ao negócio jurídico e sua validade, julgue o item a seguir.

- 15 As partes podem convencionar não valer o negócio jurídico sem a lavratura de uma escritura pública, hipótese em que eventual pactuação do negócio sob a forma de instrumento particular poderá ser invalidada.

Espaço livre

Em determinado condomínio de bem imóvel, Alberto, condômino, ofertou sua fração ideal da coisa comum indivisa a Carlos, estranho ao condomínio. Inexistente disposição convencional do condomínio a respeito de prévia notificação aos demais condôminos para o exercício do direito de preempção, Alberto entendeu não ser necessário notificar Joana, condômina, sobre a possível venda. Carlos aceitou a oferta, e foi lavrada a escritura pública de compra e venda da citada coisa comum, registrada posteriormente no correspondente registro de imóveis. Joana, inconformada com a celebração desse contrato, ingressou com ação anulatória, visando desconstituir a compra e venda do bem condominial.

Com relação à situação hipotética apresentada, julgue o item a seguir, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

- 16** Joana fará jus à desconstituição da compra e venda, em razão da inexistência de notificação possibilitando-a exercer o seu direito de preferência, desde que tenha respeitado o prazo decadencial iniciado com o registro da escritura pública de compra e venda da coisa comum indivisa.

Acerca de responsabilidade civil, obrigações, atos unilaterais e contratos, julgue os itens a seguir.

- 17** O Código Civil prevê a responsabilidade civil objetiva de empresários individuais pelo fato do produto.
- 18** O enriquecimento sem causa é previsto no Código Civil como um ato jurídico unilateral que gera obrigação de restituição.
- 19** É anulável contrato em que uma parte atribua à outra parte promessa de transferência de direitos sucessórios, quando vier a ser concretizada a futura sucessão.
- 20** É impenhorável a sede de estabelecimento comercial.

Considerando as normas e os princípios do direito processual de contas aplicáveis ao TCDF, julgue os itens a seguir.

- 21** No julgamento dos processos de sua competência, o TCDF poderá, na hipótese de se constatar caso de irregularidade no qual não tenha ocorrido imputação de débito, decidir pela dispensa da aplicação da multa.
- 22** Compete ao TCDF julgar as contas do governador, dos administradores e dos demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta e indireta do Distrito Federal.
- 23** Compete ao TCDF apreciar o registro dos atos de admissão de pessoal nos órgãos e nas entidades do DF, incluídas as nomeações para cargo de provimento em comissão.

Com relação às normas sobre os processos em tramitação no TCDF, julgue os itens que se seguem.

- 24** Caso seja apresentada ao TCDF denúncia com pedido de sigilo de autoria, tal atributo deverá ser obrigatoriamente mantido, mesmo após a conclusão do processo.
- 25** Caso verifique irregularidade grave nas contas públicas, o TCDF deverá, obrigatoriamente, comunicar o fato à Câmara Legislativa e enviar-lhe cópia dos documentos correspondentes.
- 26** Com vistas à fiscalização de contratos, o TCDF deve fiscalizar a aplicação tanto dos recursos recebidos mediante convênios pelos órgãos e pelas entidades do complexo administrativo do Distrito Federal quanto daqueles por eles repassados por meio dos mesmos instrumentos.

Os arquitetos Airton e Maria foram contratados por Joana para realizar o projeto de reforma de sua casa no prazo de sessenta dias. Conquanto a contratante tenha efetuado o pagamento do montante devido, os serviços de arquitetura não foram concluídos no prazo fixado. Inconformada com o inadimplemento, Joana contratou a assistência de um advogado para ajuizar ação contra os arquitetos para compeli-los a realizar o projeto combinado, tendo requerido a gratuidade de justiça.

Considerando essa situação hipotética e com base no que dispõe o CPC acerca dos sujeitos do processo, dos deveres das partes e dos procuradores e do litisconsórcio, julgue os itens a seguir.

- 27** Caso a ação seja ajuizada apenas contra Airton, o juiz deverá determinar à autora que seja requerida a citação de Maria, sob pena de extinção do processo.
- 28** O valor dos honorários advocatícios poderá ser reduzido se os réus, simultaneamente, reconhecerem a procedência do pedido e cumprirem integralmente a prestação reconhecida.
- 29** A assistência de Joana por advogado particular impede a concessão de gratuidade da justiça.

Acerca do direito processual civil, julgue os itens a seguir.

- 30** A participação da fazenda pública em processo judicial atrai, por si só, a intervenção do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica nos autos.
- 31** No caso de processos em autos eletrônicos em que haja multiplicidade de litisconsortes com procuradores diversos, o benefício do prazo em dobro para a fazenda pública será aplicado cumulativamente ao benefício de prazo relativo à multiplicidade de litisconsortes.
- 32** Tutela de urgência deferida contra o poder público pode ser efetivada antes do trânsito em julgado.

Julgue os itens seguintes, a respeito dos princípios aplicáveis ao direito penal, da lei penal no tempo e no espaço e da irretroatividade da lei penal.

- 33** A infração bagatela imprópria é aquela que surge com relevância penal, mas, posteriormente, pelas circunstâncias que envolvem o fato e o autor, verifica-se que a aplicação de qualquer pena se revela desnecessária.
- 34** No tocante às pessoas doentes mentais, o Código Penal adota o sistema biopsicológico como critério para identificação da inimputabilidade.
- 35** Caso um indivíduo cometa um crime permanente, sob a vigência de duas leis diversas, aplicar-se-á ao caso a lei mais benéfica ao agente, em atenção à irretroatividade da lei penal mais gravosa.
- 36** Aplica-se a lei penal brasileira a crimes cometidos dentro de aeronave ou embarcação brasileira que seja pública ou esteja a serviço do governo, independentemente de onde se encontrem, em razão do princípio da bandeira ou da representação.

Acerca do fato típico, da teoria e da classificação dos crimes, julgue os itens subsecutivos.

- 37** O ordenamento jurídico brasileiro admite que fato típico capaz de caracterizar um crime pode decorrer de uma conduta comissiva ou omissiva.
- 38** O crime de sequestro é considerado um crime continuado, já que ele se prolonga no tempo e a sua consumação só cessa pela vontade do agente.
- 39** Suponha que Maria, servidora pública do Distrito Federal, tenha-se apropriado ilícitamente de um computador portátil usado no seu local de trabalho e, em seguida, efetuado a venda desse equipamento. Nesse caso, a conduta de Maria pode ser classificada como crime de dano, comissivo, próprio e instantâneo.
- 40** A teoria do crime adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro adere à corrente causalista, segundo a qual a conduta do agente representa tão somente uma relação de causa-efeito, ausente de qualquer finalidade.

Quanto às normas constitucionais sobre direito financeiro, julgue os itens a seguir.

- 41** Aos governos estaduais é admissível a apresentação de emendas ao orçamento federal, desde que em benefício do respectivo estado ou do interesse nacional.
- 42** De acordo com a Constituição Federal de 1988, é dever do Poder Executivo publicar, a cada bimestre, relatório sobre as diversas formas de renúncia de receita.

No que se refere às normas constitucionais sobre controle dos orçamentos e sobre precatórios, julgue os itens que se seguem.

- 43** Se uma pessoa for credora de um precatório, ela poderá, em conformidade com o que for estabelecido em lei da entidade federativa devedora, comprar imóveis públicos do respectivo ente federado, por meio da entrega de créditos em precatórios.
- 44** O poder de julgamento dos tribunais de contas, consoante texto constitucional dirigido originalmente ao TCU, vai além do julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos, alcançando, ainda, as contas daqueles que derem causa a perda em prejuízo da administração pública.

Considerando as normas e os princípios do direito financeiro, julgue os itens a seguir.

- 45** Os créditos extraordinários são classificados em adicionais, suplementares e especiais.
- 46** As receitas decorrentes de operações de crédito são classificadas como receitas orçamentárias, ainda que não tenham sido previstas no orçamento, com exceção das operações de crédito por antecipação da receita, das emissões de papel-moeda e das entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.
- 47** A Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe as instituições financeiras controladas por entes públicos de adquirir, no mercado, títulos da dívida pública emitidos por seu controlador, mesmo que a aquisição se faça com o propósito de servir como opção de investimento para os seus clientes.
- 48** Conceitualmente, os títulos públicos emitidos pelos estados e municípios fazem parte da dívida pública mobiliária.

Os médicos Marcos e João são sócios de um consultório especializado em oftalmologia, organizado sob o tipo societário de sociedade simples. Enquanto sociedade simples, o consultório possui como preposto subordinado Miguel, que desempenha atividades financeiras relacionadas aos pacientes, às instituições financeiras e ao recolhimento de tributos.

Tendo em vista o transcorrer do tempo e a prosperidade do exercício das atividades, Marcos e João desejam ampliar a estrutura física do consultório, adquirir equipamentos para a realização de exames e realizar procedimentos cirúrgicos mais complexos. Pretendem, ainda, realizar a contratação de equipe técnica, para auxílio nas atividades médicas e administrativas. Para tanto, Marcos propôs a João um plano de reestruturação societária, a fim de transformar a sociedade simples em sociedade anônima, para captar recursos no mercado financeiro e subsidiar o exercício da nova atividade. Do plano, consta, ainda, a indicação da nomeação de Miguel como diretor geral, atribuindo-lhe funções mais amplas e complexas.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 49** A partir do momento em que o consultório médico ampliar suas atividades e passar a realizar exames e procedimentos cirúrgicos mais complexos, havendo, dessa forma, organização dos fatores de produção e circulação de serviços médicos, a sociedade será considerada empresária, independentemente do tipo societário adotado, pois, assim, o exercício da profissão de natureza intelectual deixa de configurar elemento de empresa.

- 50** Transformada a sociedade simples em sociedade anônima, o seu nome empresarial será da espécie razão social e deverá ser acompanhado do termo “companhia” ou da expressão “sociedade anônima”.

- 51** Na hipótese de nomeação de Miguel como diretor geral, consoante orientação do Superior Tribunal de Justiça, a aplicação da teoria da aparência permitiria reputar-se válida a citação recebida por Miguel em ação movida contra a sociedade, sem levantamento de qualquer óbice quando da prática do ato pelo oficial de justiça, mesmo não sendo Miguel a pessoa indicada pelo estatuto para falar judicialmente em nome da sociedade.

Com relação ao estabelecimento empresarial e seus elementos, julgue o item a seguir.

- 52** O estabelecimento empresarial pode ser considerado universalidade de fato, ou seja, pode ser tratado como objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, permitindo-se, contudo, a negociação de bens isolados integrantes do estabelecimento.

Julgue os itens a seguir, relativos ao direito societário.

- 53** A titularidade negocial e processual e a responsabilidade patrimonial são algumas das consequências da personalização da sociedade empresária.
- 54** Caso um credor observe que o devedor, pessoa física, vem transferindo seu patrimônio pessoal para uma pessoa jurídica da qual é sócio, a fim de dificultar a cobrança, pode esse credor buscar a desconsideração inversa da personalidade jurídica.
- 55** Em conformidade com a Lei de Sociedades Anônimas, se uma companhia estrangeira adquirir a totalidade das ações de uma empresa brasileira, esta passará a ser considerada subsidiária integral, para efeitos da legislação brasileira.
- 56** De acordo com a Lei de Sociedades Anônimas, formada uma companhia, esta será considerada mercantil, exceto se seu objeto social for a prestação de serviços.

No que se refere às disposições constitucionais relativas ao direito tributário, julgue os itens que se seguem.

- 57** Se um município cobra de seus cidadãos pelo serviço de iluminação pública, tal cobrança corresponde a uma contribuição e não a uma taxa.
- 58** São submetidos à repartição das receitas com estados e município os impostos federais sobre a renda, os produtos industrializados e o imposto sobre as importações.

No que se refere à imunidade e à competência tributárias, julgue os itens que se seguem.

- 59** No sistema tributário brasileiro, a competência tributária ativa não exclui a possibilidade de um ente também encontrar-se na posição de sujeição passiva tributária.
- 60** Segundo a jurisprudência sumulada pelo STJ, a entidade que recebe o certificado de entidade beneficente de assistência social (CEBAS) passa a usufruir de tais efeitos de forma retroativa à data em que demonstrado o cumprimento dos requisitos estabelecidos por lei complementar para a fruição da imunidade.

Considerando as normas constitucionais sobre tributos e as previsões do Código Tributário Nacional, da Lei Complementar n.º 116/2003 e da Lei Complementar n.º 123/2006, julgue os itens a seguir.

- 61** Para o enquadramento de uma empresa no regime do Simples Nacional, devem ser incluídos na sua receita bruta os descontos que tenham sido concedidos de forma incondicional.
- 62** Conceitualmente, a obrigação tributária principal é extinta conjuntamente ao crédito tributário dela resultante.
- 63** O ICMS é um imposto não cumulativo, contudo, em regra, eventual isenção desse imposto concedida no meio da cadeia produtiva acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores.
- 64** Para a determinação do sujeito passivo de uma obrigação tributária relativa à prestação de um serviço, a fazenda pública deve observar o que dispõe o contrato firmado entre as partes quanto à responsabilidade pelo pagamento do ISSQN resultante da operação.

Com relação à Lei Complementar distrital n.º 769/2008, que reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal (RPPS/DF), julgue o item a seguir.

- 65** Foi declarado inconstitucional o dispositivo oriundo de emenda parlamentar que acrescentou ao art. 48 da Lei Complementar distrital n.º 769/2008 a previsão de elevação do piso mínimo da aposentadoria proporcional de 1/3 da remuneração para 40% dos valores correspondentes ao que seria a aposentadoria com proventos integrais.

Acerca das contribuições previdenciárias a cargo do empregador, julgue os itens que se seguem.

- 66** São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.
- 67** Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, não é legítima a incidência de contribuição social, a cargo do empregador, sobre os valores pagos ao empregado a título de terço constitucional de férias gozadas.

A respeito do regime próprio de previdência, julgue o item a seguir, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

- 68** Com a vigência da Emenda Constitucional n.º 103/2019, o direito à conversão do tempo de serviço prestado sob condições especiais em tempo de serviço comum obedecerá à legislação complementar dos entes federados.

Considerando o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal (RPPS/DF), o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e o Regime de Previdência Complementar dos Servidores do Distrito Federal (Lei Complementar distrital n.º 932/2017), julgue os itens seguintes.

- 69** Servidor nomeado para exercer cargo em comissão no Tribunal de Contas do Distrito Federal é considerado segurado obrigatório do RPPS/DF.
- 70** O Regime de Previdência Complementar dos Servidores do Distrito Federal possui caráter contributivo e é de filiação obrigatória para todos os titulares de cargos efetivos do Poder Executivo, suas autarquias e fundações, bem como do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas do Distrito Federal e da Defensoria Pública do Distrito Federal.
- 71** Suponha que, em decorrência da pandemia de covid-19, tenha ocorrido uma significativa redução na arrecadação de contribuições sociais e que isso tenha gerado um elevado déficit previdenciário para o RGPS. Nessa situação, a União será responsável pelos recursos adicionais capazes de garantir o pagamento dos benefícios de prestação continuada devidos pelo RGPS aos seus segurados.

O Lago Paranoá, o maior corpo hídrico do Distrito Federal, é resultado do barramento do ribeirão Paranoá e de seus afluentes para diversos fins. Com relação a esse lago, julgue os itens a seguir.

- 72** Embora a área de proteção permanente ao redor do Lago Paranoá corresponda a uma faixa de vegetação nativa preservada, as áreas edificadas dentro desse perímetro são excluídas de qualquer tipo de medida de preservação ambiental.
- 73** Os possíveis usos do Lago Paranoá são diversos e incluem geração de energia, lazer, atividades náuticas e motonáuticas, diluição de efluentes de esgoto, abastecimento público, preservação ambiental e segurança nacional.



Acerca da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), representada na imagem anterior, julgue os itens seguintes.

- 74** O Conselho Administrativo da RIDE tem a função de coordenar as atividades desenvolvidas nessa região integrada, para atender aos seus habitantes em ações voltadas, entre outros fins, ao desenvolvimento regional, à minimização das desigualdades, à integração e à unificação de serviços públicos comuns e à execução de programas e projetos de interesse da RIDE.
- 75** A demarcação da espacialidade da RIDE foi estabelecida pela Lei Complementar n.º 94, de 1998, mas os possíveis desmembramentos e a consequente criação de novos municípios no interior dessa espacialidade só foram previstos mais de uma década depois, por meio do Decreto n.º 7.469, de 2011.

Espaço livre

## CONHECIMENTOS II

Acerca das funções e competências dos tribunais de contas no Brasil, julgue os itens subsequentes.

- 76** Considere que o Tribunal de Contas do Distrito Federal tenha negado o registro do ato de aposentadoria de policial militar, em razão da falta de base legal. Nessa situação, apesar de tal decisão vincular os órgãos jurisdicionados, isso não impede nova discussão no âmbito judicial.
- 77** Em sua função consultiva, o tribunal de contas emite, por meio de acórdão, recomendações concernentes a matérias de sua competência aos órgãos jurisdicionados, para aperfeiçoamento da gestão pública.
- 78** Considere que determinado gestor público tenha sido multado por tribunal de contas. Nessa situação, como a decisão tem eficácia de título executivo extrajudicial, o próprio tribunal de contas poderá realizar a ação de execução contra o referido gestor.

Julgue os próximos itens, relativos a sistemas de controle na administração pública brasileira.

- 79** O Tribunal de Contas do Distrito Federal, ao verificar ato de nomeação ilegal em autarquia jurisdicionada, pode sustá-lo de imediato; contudo, no caso de contrato administrativo firmado com ilegalidade, a sustação do contrato não pode ser imediata.
- 80** O sistema de controle da administração pública brasileira é o contencioso administrativo, de maneira que as decisões do tribunal de contas que resultam imputação de multa possuem caráter de título executivo extrajudicial.

Acerca dos instrumentos de fiscalização previstos no Regimento Interno do TCDF, julgue os itens a seguir.

- 81** Os relatores possuem competência para autorizar diretamente, independentemente de deliberação do Plenário do TCDF, levantamentos e inspeções.
- 82** Acompanhamento é o instrumento de fiscalização utilizado pelo TCDF para verificar o cumprimento de suas deliberações e os resultados delas advindos.

Acerca da apreciação dos processos relativos à fiscalização de atos e contratos, julgue o item a seguir.

- 83** Ao apreciar processos relativos à fiscalização de atos e contratos, o relator ou o TCDF, quando verificada a ocorrência de irregularidades decorrentes de ato ilegal ilegítimo ou antieconômico, determinará a audiência dos responsáveis, para que apresentem razões de justificativa, ou, em caso de dano ao erário, a citação dos responsáveis, para que apresentem alegações de defesa.

Acerca da apreciação da legalidade dos atos de admissão de pessoal, julgue o item a seguir.

- 84** As nomeações para cargo de provimento em comissão não são fiscalizadas pelo TCDF.

Com relação às sanções aplicadas pelo TCDF, julgue o item a seguir.

- 85** O Regimento Interno do TCDF prevê as sanções de multa, inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública do Distrito Federal, desde que haja concordância da maioria absoluta do Plenário do tribunal, e declaração de inidoneidade de licitante fraudador para participar de licitação na administração pública do Distrito Federal.

Considerando os princípios básicos de auditoria no âmbito do setor público, julgue os itens a seguir.

- 86** O nível de independência dos auditores externos é maior que o dos auditores internos.
- 87** As auditorias governamentais devem ser realizadas nas instalações da instituição auditada.
- 88** O chefe executivo de auditoria interna deve dar amplo conhecimento de não conformidades detectadas, incluindo sua divulgação em meios eletrônicos de acesso público.
- 89** Os tribunais de contas devem anular decisão tomada pelo Poder Executivo que possa cercear o exercício de suas competências.
- 90** A governança no setor público tem por objetivo conduzir as políticas públicas na direção da prestação de serviços de interesse da sociedade.
- 91** É vedado aos servidores de tribunais de contas exercer cargos de gestão em entidades sob a supervisão do tribunal onde esses servidores trabalham, ainda que as entidades não estejam sob fiscalização durante o exercício do cargo.

Periodicamente, os tribunais de contas devem aprovar programa de garantia de qualidade a ser aplicado às auditorias concluídas. Acerca do controle de qualidade da auditoria, julgue o item subsequente.

- 92** Uma das fases do programa de controle de qualidade das auditorias realizadas pelos tribunais de contas é a supervisão, a qual é conduzida por comissões compostas de profissionais experientes em auditoria pertencentes ao sistema de controle externo, necessariamente alheios aos quadros de pessoal desses tribunais.

Uma equipe de auditoria de determinado tribunal de contas foi designada para realizar uma auditoria acerca de um convênio recebido por uma fundação pública para a construção de uma quadra poliesportiva. Como resultado dos trabalhos, foram emitidas três recomendações e uma determinação ao ente jurisdicionado.

Considerando essa situação hipotética, julgue os seguintes itens.

- 93** Caso haja suspeita da existência de notas fiscais falsas na prestação de contas, não será adequada a adoção da técnica de observação, cabendo, por sua vez, uma circularização em branco com confirmação positiva.
- 94** O atendimento às recomendações emitidas no caso em questão deverá ser monitorado, para se verificar se vão ser tomadas todas as providências necessárias à sua implementação, a fim de garantir a eficácia e a efetividade do trabalho dos auditores governamentais.
- 95** Um exemplo de evidência física a ser mantida na documentação do trabalho de auditoria em questão é a cópia do contrato celebrado entre a fundação e a empresa de engenharia que realizou a construção da quadra.

A respeito do planejamento de auditoria e do relatório de auditoria, bem como dos aspectos técnicos e normativos a eles relacionados, julgue os itens a seguir.

- 96** O relatório de auditoria, além de ser a comunicação formal dos resultados dos trabalhos de auditoria governamental, também é usado como um elemento integrante do processo de avaliação de desempenho do profissional que o elaborou.
- 97** A primeira etapa da elaboração de um plano de auditoria baseado em risco é a elaboração da matriz de riscos.

Com relação ao orçamento público, julgue os itens a seguir.

- 98** A programação orçamentária pode levar em consideração matérias diversas ao conteúdo financeiro, ou seja, que não dizem respeito a assuntos relacionados à previsão de receita e à fixação de despesa.
- 99** A observância do princípio orçamentário da universalidade não garante a observância simultânea do princípio da unidade.
- 100** Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes correrão à conta de resultados de exercícios futuros.
- 101** A classificação institucional deve determinar se a despesa será consignada no âmbito do orçamento fiscal, do orçamento da seguridade social ou do orçamento de investimentos das estatais.
- 102** Um dos atributos das ações orçamentárias, o tipo objetiva determinar se a programação constitui um projeto, uma atividade ou uma operação especial.

No mês de setembro de 2020, o governo do Distrito Federal (GDF) encaminhou à Câmara Legislativa do DF projeto de lei orçamentária com estimativa da receita do IPTU para os anos de 2021 a 2023, nos valores (em milhares de reais) apresentados na seguinte tabela.

item	ano		
	2021	2022	2023
receita bruta de fatos geradores do exercício	1.563.286	1.617.218	1.673.116
(-) desconto para pagamento em cota única	13.586	14.055	14.541
(-) inadimplência estimada	529.276	547.536	566.461
(+) arrecadação estimada de exercícios anteriores	24.785	25.177	25.671
estimativa REFIS-DF 2020	1.130	706	354
(+) receita estimada de multas e juros	18.835	20.157	21.586
estimativa REFIS-DF 2020	2.144	1.340	672
(+) receita estimada da dívida ativa	194.512	230.321	266.728
estimativa REFIS-DF 2020	9.417	5.885	2.952
(+) receita estimada de multas e juros da dívida ativa	38.201	35.192	33.038
estimativa REFIS-DF 2020	17.865	11.165	5.600
(-) renúncia estimada	131.221	126.787	123.880
remissão REFIS-DF 2020	2.679	1.674	840
anistia REFIS-DF 2020	19.203	12.001	6.019
(=) receita líquida prevista	1.165.535	1.239.687	1.315.25

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 103** Na situação em tela, a apresentação das previsões de receita do IPTU até o ano de 2023, tal qual indicado na tabela, é uma exigência prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- 104** No momento da elaboração do projeto de lei orçamentária anual de 2021, a receita do IPTU do GDF se encontrava no estágio de lançamento.

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000), julgue o item subsequente.

- 105** O estado ou município que aprovar lei que institua isenção integral de impostos de sua competência estará proibido de receber transferências voluntárias da União.

Em maio de 2020, como medida de enfrentamento da covid-19, o GDF instituiu o Programa Renda Mínima, por meio da Lei distrital n.º 6.573/2020. Esse programa previa a suplementação de renda, via auxílio mensal de R\$ 408, por um período de até 90 dias.

Considerando a situação precedente e as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue o item seguinte.

- 106** As despesas decorrentes desse programa são classificadas como despesas obrigatórias de caráter continuado.

Com base na Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens a seguir.

- 107** Suponha que determinado servidor do GDF tenha falecido em 31/12/2020 e que sua família tenha solicitado o pagamento de auxílio-funeral em 1.º de janeiro de 2021, tendo sido concedido o benefício em 2021, no valor equivalente a um mês da remuneração do servidor falecido. Nesse caso, o pagamento desse benefício em 2021 deve ser contabilizado como despesa de exercícios anteriores.
- 108** Os recursos financeiros de caráter temporário, como as antecipações de receitas, fianças e cauções em dinheiro, integram as receitas orçamentárias na lei orçamentária anual (LOA).

Com relação a aspectos da administração pública, julgue os itens seguintes.

- 109** A publicidade dos atos administrativos favorece o controle social, razão pela qual a moderna administração pública brasileira, em obediência ao princípio constitucional da publicidade, não mais admite que atos praticados em seu âmbito possam ser protegidos por qualquer tipo de sigilo.
- 110** Com o intuito de minimizar os efeitos das práticas patrimonialistas na administração pública brasileira e adotar uma administração estritamente burocrática, hierarquizada e com ênfase em rígidos controles das atividades-meio, foi criado, no governo de Getúlio Vargas, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP).

O conceito de governança se fortaleceu na década de 90 do século passado, nos Estados Unidos da América, para o enfrentamento do chamado conflito de agência ou conflito agente-principal. Acerca desse assunto, julgue os itens a seguir.

- 111** A governança está ligada às autoridades máximas da organização, responsáveis por sua estratégia e por avaliar, direcionar e monitorar o rumo que a organização deve tomar.
- 112** A despeito de o conceito de governança ter surgido no âmbito da administração corporativa, é perfeitamente possível aplicá-lo à administração pública, entendendo-se o conflito agente-principal como o conflito entre os gestores de determinado órgão (agente) e a autoridade máxima desse órgão (principal).

A partir da redemocratização do Brasil, ocorrida na década de 80 do século passado, a relação do poder público com os cidadãos tem sido aperfeiçoada. Nesse processo, um dos pontos vitais envolve a comunicação entre as partes, seja para o poder público informar ações e prestar contas à população, seja para o cidadão emitir sua opinião, reclamar ou pedir esclarecimentos. Acerca da comunicação na administração pública, julgue o item a seguir.

- 113** O administrador público tem o dever de promover a comunicação de seus atos nos mais diversos meios de comunicação, explicitando o motivo e o modo de execução desses atos, além de destacar nomes, símbolos e imagens que permitam a identificação das autoridades ou dos servidores públicos envolvidos em tais atos.

Julgue os próximos itens, referentes à avaliação de programas e projetos, aos tipos de avaliação de políticas públicas e ao ciclo PDCA.

- 114** Na avaliação de programas e projetos públicos, é indispensável que, além da análise técnica, existam consequências que permitam a elaboração de planos de ação para aperfeiçoamento.
- 115** Pelo ciclo PDCA, a redefinição da estratégia ou das ações a serem adotadas em um planejamento público ocorre na etapa C, correspondente ao controle das ações executadas.
- 116** A avaliação de um empregado em relação à sua produtividade e à qualidade dos serviços prestados por ele é considerada uma avaliação de desempenho institucional.

No que se refere ao BSC (*Balanced Scorecard*), à análise SWOT e a aspectos do referencial estratégico de uma organização, julgue os próximos itens.

- 117** De acordo com a metodologia do BSC, os objetivos estratégicos que tratam do fortalecimento da cultura organizacional de uma instituição devem ser categorizados na perspectiva de aprendizado e crescimento.
- 118** A visão de uma organização é representada por uma afirmação duradoura de seu propósito, pela qual a organização demonstra a sua razão de ser.
- 119** Considere que se tenha diagnosticado que, no cenário nacional, o ingresso de ações judiciais esteja em plena ascensão e que o órgão público demandado nesse contexto possua poucos servidores competentes para a análise dessas ações. Nesse caso, segundo a análise SWOT, tal diagnóstico representa a identificação de uma ameaça.

Uma sociedade anônima do ramo comercial adquiriu, por R\$ 100.000, equipamentos industriais para revenda imediata aos seus clientes. No ato da compra, ela pagou R\$ 40.000 ao fornecedor e se comprometeu a pagar os R\$ 60.000 restantes em parcela única após 18 meses.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 120** No ato da compra, a adquirente realizou um fato contábil permutativo cujo lançamento deve afetar contas do ativo circulante e do passivo exigível a longo prazo.
- 121** Os equipamentos industriais adquiridos na transação estarão sujeitos a ajustes a valor de mercado sempre que os valores de mercado desses equipamentos apresentarem-se superiores aos seus custos de aquisição.
- 122** A conta que representará, no balanço patrimonial da adquirente, o compromisso assumido com o fornecedor deve ser ajustada ao seu valor presente, cabendo à adquirente o reconhecimento de despesas futuras em decorrência da aquisição realizada.

Julgue os próximos itens, relativos às demonstrações contábeis e às regras legais e normativas a elas associadas.

- 123** O registro incorreto de uma receita do exercício corrente como passivo pode ser sanado por meio de divulgação, reconhecendo-se o erro nas notas explicativas às demonstrações contábeis do referido exercício.
- 124** A demonstração do valor adicionado apresenta a remuneração de capitais próprios como uma distribuição de valor adicionado.

Determinada empresa pretende vender uma unidade de negócio responsável pela área de fretes, que foi avaliada em R\$ 15 milhões pela contabilidade. O lucro operacional anual da unidade é de R\$ 2 milhões. O retorno sobre o investimento (ROI) corporativo está fixado em um padrão mínimo de 11%, e o custo de capital (oportunidade) identificado com a unidade de negócio responsável pela área de fretes atinge 17%.

Considerando essa situação hipotética e aspectos relacionados à análise das demonstrações contábeis, julgue os itens a seguir.

- 125** Caso utilize o ROI como medida de análise para a tomada de decisão, a empresa deverá optar por não vender a unidade de fretes.
- 126** Se a unidade de fretes tiver sido financiada com recursos de terceiros, então, atualmente, ela não gera um resultado operacional de caixa para cobertura de juros dos credores.
- 127** Caso utilize o valor econômico agregado (EVA) como medida de análise para a tomada de decisão, a empresa deverá optar por não vender a unidade de fretes.

Com relação aos indicadores de mercado utilizados por investidores para avaliação de empresas nas quais pretendem investir os seus recursos, julgue os itens a seguir.

- 128** Empresas que adotam uma política voltada à retenção de lucros como forma de dispor de uma fonte alternativa de financiamento de suas atividades operacionais tendem a apresentar menores índices de *payout*, em comparação com as que não utilizam tal política.
- 129** Quanto maior for o índice preço/lucro de uma empresa, menor será o período de tempo despendido por um investidor para recuperar o capital nela investido.

Considerando o **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público** (MCASP), em sua 8.<sup>a</sup> edição, e a NBC TSP — Estrutura Contábil, julgue os itens a seguir.

- 130** Os objetivos das informações contábeis e das estatísticas de finanças públicas podem ocasionar interpretações diferentes para um mesmo fenômeno.
- 131** Recursos financeiros recebidos em caráter temporário pelo Estado para devolução posterior a seus proprietários são considerados ingressos extraorçamentários.

A respeito da composição do patrimônio líquido e da realização de variações patrimoniais, julgue os itens subsequentes.

- 132** Se ocorrer de modo isolado, o desaparecimento de um passivo representará uma variação patrimonial aumentativa.
- 133** A soma do resultado líquido do período com os resultados acumulados em períodos anteriores compõe a totalidade dos recursos do patrimônio líquido.

Com relação à mensuração de ativos e à composição de passivos, julgue os itens seguintes.

- 134** Uma obrigação decorrente de eventos futuros cujo montante e cujo vencimento ainda dependem de definições futuras constitui um passivo contingente.
- 135** A amortização consiste na redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou pela perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

Com relação às demonstrações contábeis aplicáveis ao setor público, julgue os itens seguintes.

- 136** Os ingressos de recursos relacionados a consignações em folha de pagamento e a fianças e cauções devem ser apresentados como recebimentos extraorçamentários no balanço financeiro.
- 137** A incorporação de passivos é um evento que afeta negativamente o resultado evidenciado na demonstração das variações patrimoniais.
- 138** No balanço patrimonial, o passivo financeiro é composto pelas dívidas fundadas e por outros compromissos exigíveis cujo pagamento esteja pendente de autorização orçamentária.

Com relação às receitas e despesas públicas, julgue os itens a seguir.

- 139** Os ingressos de recursos provenientes de empréstimos e financiamentos contraídos por entes públicos junto a entidades estatais ou privadas não são considerados receitas orçamentárias.
- 140** O pagamento de restos a pagar efetua-se por meio de despesa de natureza extraorçamentária.

As firmas 1 e 2 competem pela divisão de determinado mercado perfeitamente divisível. Por hipótese, normaliza-se o tamanho do mercado à quantidade de uma unidade. Se essas firmas chegarem a um entendimento sobre a divisão do mercado, por exemplo,  $(a, \beta = 1 - a)$ , com  $a, \beta \geq 0$  e  $a + \beta \leq 1$ , haverá produção e divisão do mercado. Se não houver entendimento, elas ficarão impedidas, pelo regulador, de iniciarem a sua produção. As funções de produção das firmas 1 e 2 são dadas, respectivamente, por  $y_1(a) = a$  e  $y_2(a) = \sqrt{a}$ .

Considerando as informações precedentes, julgue os itens a seguir, referentes a essa economia hipotética.

- 141** Em equilíbrio, o nível de produção das firmas 1 e 2 será  $(\frac{1}{2}, \sqrt{1/2})$ .
- 142** O equilíbrio de NASH será alcançado quando a firma 1 responder por 2/3 do mercado e a firma 2, por 1/3 do mercado.

Com relação à política macroeconômica para economias abertas com política monetária baseada em controle de agregados monetários, e tendo como base modelo IS/LM e suas variações para economias abertas, julgue os itens a seguir.

- 143** Caso o produto de equilíbrio seja determinado pelas condições do mercado de trabalho e a economia opere com câmbio flexível, a quantidade de moeda emitida afetará diretamente o nível de preços, sem influenciar o nível de produto, como postula a teoria quantitativa da moeda.
- 144** Se o produto de equilíbrio for determinado pela interação entre oferta e demanda agregadas e o câmbio for do tipo fixo, em um modelo IS-LM, a expansão dos gastos do governo levará à saída de recursos do país e à perda de reservas internacionais.
- 145** Se o produto de equilíbrio for determinado pela interação entre oferta e demanda agregadas e o câmbio for do tipo flutuante, em um modelo IS-LM, a expansão dos gastos do governo não será capaz de estimular o produto da economia.

Em determinado contrato de financiamento imobiliário no valor de R\$ 500.000, com prazo de 20 anos e taxa de juros prefixada de 8% ao ano, além dos juros contratuais, o mutuário é obrigado a pagar, ao longo de toda a vida da operação, um prêmio mensal de R\$ 50 relativo aos seguros obrigatórios contra riscos de morte e invalidez permanente e de dano físico ao imóvel. Esse contrato contém cláusula que faculta ao mutuário a carência de seis meses de pagamento do principal, permitindo-lhe pagar, mensalmente, apenas o valor equivalente aos juros contratuais devidos, sem incidência do valor do prêmio do seguro.

Acerca dessa situação hipotética, supondo uma operação perfeitamente adimplente e a ausência de inflação, julgue os itens a seguir.

- 146** Caso o contrato de financiamento preveja pagamentos de acordo com o sistema de amortização constante (SAC) e não seja utilizada a carência contratual, o valor da primeira prestação ( $P$ ) a ser paga pelo mutuário será equivalente a
- $$P = 500.000 \times \left[ (1,08)^{\frac{1}{12}} - 1 \right] + \frac{500.000}{240} + 50.$$

- 147** Caso o mutuário utilize a carência para o pagamento do principal, o montante total de juros ( $J$ ) que será pago por ele nos primeiros seis meses de contrato será equivalente a
- $$J = 500.000 \times (1,08)^{\frac{1}{2}} - 500.000.$$

- 148** O custo efetivo total da operação de financiamento será dado pela taxa de juros ( $i$ ) que resolve o seguinte polinômio, em que  $P_t$  é a parcela de juros e de amortização do financiamento imobiliário no período  $t$ .

$$50 \times \left[ \sum_{t=1}^{240} \frac{1}{(1+i)^t} \right] + \left[ \sum_{t=1}^{240} \frac{P_t}{(1+i)^t} \right] = 500.000$$

A próxima tabela apresenta indicadores relativos aos projetos para investimento A, B e C.

projeto	investimento inicial (em R\$)	taxa interna de retorno (%)	valor presente líquido (em R\$)
A	100.000	35	30.000
B	200.000	25	55.000
C	100.000	30	50.000

A taxa mínima de atratividade é de 20% ao período. Em comparação com o projeto A, os projetos B e C apresentam os seguintes indicadores para os fluxos de caixa incrementais.

investimento incremental	taxa interna de retorno (%)	valor presente líquido (em R\$)
(B - A)	27	25.000
(C - A)	24	20.000

Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

- 149** Para qualquer taxa mínima de atratividade superior a 20% ao período, o projeto A é preferível ao projeto C.
- 150** Se os projetos A e B forem mutuamente excludentes, o projeto B deverá ser executado caso haja disponibilidade para o investimento adicional.